

## PEC dos Vereadores e CPI da Petrobras na pauta da semana

Senadores devem fazer amanhã nova tentativa de instalação de comissão de inquérito que gera atritos entre governo e oposição. Também amanhã a CCJ pode votar emendas a proposta sobre câmaras municipais

**E**stá agendada para as 10h30 de amanhã a reunião para instalação da CPI da Petrobras. Será a terceira tentativa de colocar a comissão em funcionamento. A agenda da semana prevê

também para amanhã o exame, na Comissão de Justiça, de emendas de Plenário à PEC Paralela dos Vereadores. Hoje, a Comissão de Mudanças Climáticas deve discutir com o ministro de Minas e Ener-

gia, Edison Lobão, o impacto da matriz energética brasileira no clima. Na Comissão de Assuntos Econômicos, um dos temas é o limite a capital estrangeiro em companhias aéreas. **2 a 5**



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem uma pauta extensa esta semana: além de examinar a PEC dos Vereadores, deve continuar o debate sobre crime organizado

## Congresso vota hoje R\$ 539,6 milhões em créditos

Maior parte dos recursos – R\$ 429,08 milhões – será destinada a obras de dragagem e adequação da navegabilidade em 13 portos marítimos brasileiros. Mas diversos aeroportos também ganham recursos para obras de manutenção. **6**

### Contra o desemprego, Paim sugere reduzir jornada

A melhoria do ensino técnico e a redução da jornada de trabalho foram sugestões apresentadas ontem por Paulo Paim para combater o desemprego – assunto que, segundo ele, mais preocupa as pessoas. De acordo com o senador, a redução da jornada deve vir acompanhada de medidas como o fim das horas extras e do banco de horas. Como forma de reativar a economia, Paim sugeriu a desoneração de determinados produtos de impostos indiretos. **8**

**O** Senado lança hoje a exposição *Senado Verde – Ações Sustentáveis*, reunindo iniciativas adotadas pela instituição. Estarão expostos produtos confeccionados a partir do descarte de materiais utilizados em diferentes serviços da Casa. Serão também conhecidas as metas do programa para o próximo ano. **4**



### Lei Rouanet para estudos de técnico de audiovisual

O aperfeiçoamento profissional de operadores de câmera e de áudio poderá ser contemplado pela Lei de Incentivo à Cultura, segundo projeto em pauta na Comissão de Educação. **5**

### Garibaldi defende reforma política e de costumes

A necessidade de o Congresso votar uma reforma política abrangente foi destacada por Garibaldi Alves. Ele ressaltou que a mudança deve ser feita no primeiro ano de governo. **8**

Demora na instalação se deve a divergência relacionada ao comando do colegiado e a questão da CPI das ONGs

# Senado pode instalar amanhã CPI da Petrobras

ESTÁ PREVISTA PARA amanhã, às 10h30, nova tentativa de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras. O senador Paulo Duque (PMDB-RJ), que preside a reunião de instalação por ser o mais idoso do colegiado, acredita que nesta quarta-feira haverá a eleição do presidente e do vice-presidente da comissão e a escolha do relator.

Na semana passada, por duas vezes – terça e quinta-feira – Paulo Duque foi, na hora agendada, à sala em que funcionará o colegiado, para instalação da CPI e, depois de esperar 15 minutos pelos senadores designados para integrá-la, cancelou a reunião por falta de quórum.

Em entrevista na sexta-feira, o líder do PSDB na Casa, Arthur Virgílio (AM), afirmou que os parlamentares de oposição estarão na sala de reuniões pelo menos dez minutos antes do horário marcado para o início dos trabalhos. No Plenário, Romero Jucá (PMDB-RR) considerou que a nova data dará um prazo maior para negociações sobre o comando da CPI – há divergências entre PT e PMDB sobre a eleição do presidente e a escolha do relator.

## ONGs

O adiamento da instalação da CPI da Petrobras na semana passada se deu também, conforme Aloizio Mercadante (PT-SP), para que a Mesa diretora tenha tempo de responder a

questão de ordem apresentada por Jucá sobre a troca de relatoria na comissão que investiga denúncias de irregularidades nas organizações não governamentais – CPI das ONGs. Para o governo, a oposição descumpriu acordo ao indicar um senador opositor – Arthur Virgílio – para o cargo.

Virgílio anunciou que pretende apresentar hoje um plano de trabalho ressaltando “pontos bons” das atividades já iniciadas na comissão e apontando o que entende como “lacunas”. Disse ainda que indicará “um rumo muito claro” na quebra de sigilos para investigar a fundo as ONGs, separando “as que são o joio das que são trigo”.

Quando da criação da CPI da Petrobras, o relator da CPI das ONGs, Inácio Arruda (PCdoB-CE), foi designado titular da nova comissão, deixando vago o cargo que ocupava na comissão que investiga as organizações não governamentais. O presidente da CPI das ONGs, Heráclito Fortes (DEM-PI), então nomeou Virgílio para a função.

Arruda deixou a titularidade da CPI da Petrobras e reassumiu como titular na das ONGs, mas a mudança de relator já estava oficializada, uma vez que cabe ao presidente da comissão nomear o relator. Jucá apresentou quarta-feira questionamento à Mesa sobre a validade da decisão e a resposta é aguardada para esta semana.

**Paulo Duque acredita que presidente e relator da comissão serão escolhidos nesta quarta-feira**

## Alvaro apoia nota da ANJ contra *blog* da Petrobras

“Essa é uma tentativa de se colocar a mão grande sobre a imprensa nacional, subtraindo as suas prerrogativas de liberdade.”

Foi dessa forma que Alvaro Dias (PSDB-PR) classificou a decisão tomada pela Petrobras de criar um *blog* para divulgar as perguntas enviadas por jornalistas à assessoria de imprensa da estatal, antes mesmo de as matérias serem publicadas. Alvaro leu nota à imprensa divulgada pela Associação Nacional de Jornais (ANJ).

No documento, a ANJ manifesta seu repúdio pela atitude e a classifica de “antiética e esquivada”. A associação cita que a decisão da Petrobras atingiu em particular os jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. O *blog* seria uma tentativa de revidar o noticiário das últimas semanas divulgado por estes três veículos, trazendo “reportagens sobre evidências



Gerardo Magela

Alvaro: “A liberdade de imprensa é a mais importante das liberdades”

de irregularidades e de favorecimento político em contratos assinados pela estatal e suas controladas”.

– A liberdade de imprensa é a mais importante das liberdades, porque, quando ela falecer, as demais liberdades estarão comprometidas. O comportamento da Petrobras é autoritário e, sem dúvida, revela resquícios do período de autoritarismo no Brasil – afirmou o senador.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Congresso homenageia Marinha do Brasil

Às 10h, no Plenário do Senado, haverá sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o 144º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo – data magna da Marinha do Brasil. Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta da ordem do dia está trancada pelo projeto de lei de conversão (PLV 11) proveniente da Medida Provisória 459/09.

## Sessão conjunta vota créditos especiais

O presidente do Senado, José Sarney, preside, às 12h, sessão do Congresso, no Plenário da Câmara, para votar abertura de créditos especiais em favor de vários órgãos do Executivo, no valor de R\$ 539,63 milhões.

## Comissão de Educação examina mudança no ProUni

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) se reúne às 11h para analisar proposta que permite ao estudante beneficiário do ProUni solicitar transferência para outra instituição

participante do programa. Ainda na agenda, formada por 15 itens, projeto de lei que cria centros de pesquisa e desenvolvimento da educação nas instituições federais de educação superior.

## CAS debate prevenção a queimaduras

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza às 9h, com as subcomissões de Acompanhamento da Saúde e do Idoso, audiência sobre políticas públicas para a prevenção às queimaduras e a reabilitação de queimados. A audiência faz parte de um ciclo de debates sobre o atendimento à saúde, em especial no Sistema Único de Saúde (SUS). Estão convidados para o debate o coordenador de cirurgia plástica da Unidade de Queimados do HRAN, José Adorno; o presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras, Flávio Nadruz; a presidente da Associação dos Portadores de Sequelas por Queimaduras, Ana de França e Silva; e representantes do Ministério da Saúde.

## Prêmio América do Sul 2009

Na biblioteca da Casa, às 18h, lançamento do Prêmio América do Sul 2009, para monografias sobre o tema “Peru: Evolução Recente e Futura”.

## CPI das ONGs decide sobre requerimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs se reúne às 14h30 para apreciação de requerimentos.

## CRE avalia adesão da Venezuela ao Mercosul

Às 9h30, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) promove audiência pública para instruir o projeto que aprova o texto do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. Deverão participar do debate os juristas Celso Lafer e Ives Gandra da Silva Martins; a pesquisadora e professora do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro Maria Regina Soares de Lima; e o embaixador Antonio José Ferreira Simões.

## Ministro analisa mudanças climáticas

Com a participação do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas realiza, a partir das 14h30, audiência pública sobre o impacto das transformações no clima e as mudanças na matriz energética brasileira. Antes, haverá apresentação do relatório sobre diligência realizada no Amazonas para verificar as consequências das cheias na região e também análise de requerimentos.

## Fundo de calamidade em exame na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne às 10h para analisar 11 proposições, entre elas a que cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência Decorrentes de Calamidades Públicas. O primeiro projeto da pauta (PLC 42/07) unifica a hora legal no território brasileiro.

## Incentivo a práticas ambientais

Projeto que altera a Lei 8.666/93 para incluir a certificação por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate nas licitações será examinado, a partir das 11h30, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Também na pauta, proposta de incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.

## CCJ discute combate ao crime organizado

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) realiza, às 10h, audiência pública sobre o projeto que trata da repressão ao crime organizado. Foram convidados os presidentes da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

## Biodiesel do pinhão-mansão

Alternativas para produção de biodiesel a partir do pinhão-mansão serão debatidas na Comissão de Agricultura (CRA), às 9h30. Participarão os dirigentes da Brasil Bioenergia e da Associação Brasileira dos Produtores de Pinhão-Mansão, entre outros.

## CORREÇÃO

### Simon disse que não participou de inquirição de Agaciel e Zoghbi

Na matéria “Candidato será obrigado a ter uma ‘ficha limpa’”, publicada ontem no **Jornal do Senado**, não é precisa a afirmação de que o senador Pedro Simon (PMDB-

RS) “lamentou não ter tido a chance de acompanhar a votação da sua proposta, por falha de sua assessoria, a qual deixou de informá-lo que o projeto estaria em pauta”. O

senador referia-se, na verdade, à inquirição do ex-diretor-geral da Casa Agaciel Maia e do ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi sobre denúncias de irregularidades.



Indicações de dois diplomatas estão na pauta da reunião da CRE de amanhã

## Comissão avalia embaixadores para Honduras e Argélia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deverá examinar amanhã, às 10h, as indicações de Mario da Graça Roiter para representar o Brasil junto à embaixada de Honduras e de Henrique da Silveira Sardinha Pinto para ocupar o cargo de embaixador junto à Argélia.

Roiter é ministro de segunda classe da carreira de diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Pinto é ministro de segunda classe da carreira de diplomata do quadro permanente do MRE.

Honduras tem uma população de 32 milhões de pessoas e, em 2007, seu produto interno bruto (PIB) foi de US\$ 12,3 bilhões. Em 2008, o Brasil exportou para aquele país US\$ 135 milhões. Honduras tem feito pedidos de financiamento ao Brasil, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para a área de infraestrutura, especialmente nos setores elétrico e rodoviário. O montante global solicitado chega a US\$ 781 milhões, ainda sob análise do BNDES.

Há expectativa do governo hondurenho de cooperação

com o Brasil na área de biocombustíveis e exploração de petróleo em águas profundas. Está prevista também a cooperação dos dois países em organismos multilaterais e já existe acordo na área de defesa.

Com relação à Argélia, há acordos nas áreas de mineração, saúde e meio ambiente, que foram ampliados na 3ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Argélia, em 2008, com ajustes complementares nos setores de saúde, agricultura e recursos florestais. Nesse momento, está em curso negociação para cooperação na área de defesa.

O Brasil exporta carne e açúcar e importa da Argélia petróleo bruto e nafta, que correspondem a 80% das importações deste país. O comércio com a Argélia é considerado de relativa importância e responde por US\$ 3,1 bilhões, sendo que o saldo da balança comercial está negativo para o governo brasileiro em US\$ 1,86 bilhão. Justamente por isso, o Brasil deseja participar mais intensamente das compras governamentais argelinas, entre as quais estão a construção de grandes obras, defesa, segurança e vigilância do território.

## Projeto permite veiculação de A Voz do Brasil em horário variado

As emissoras de rádio poderão passar a transmitir o programa *A Voz do Brasil* em horários variados e não apenas no horário tradicional das 19h, caso seja aprovado substitutivo do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). O texto engloba cinco projetos que visam flexibilizar o horário de transmissão do programa oficial dos Poderes da República e está na pauta de amanhã da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

De acordo com o relatório de Antonio Carlos Júnior, as emissoras deverão transmitir *A Voz do Brasil*, por uma hora, todos os dias, exceto aos sábados, domingos e feriados. No entanto, as rádios poderão veicular o programa entre 19h e 0h30, considerando o horário oficial de Brasília. O substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 109/06 – que tramita em conjunto com os projetos de lei do Senado (PLS) 53/03, 294/04, 219/05, 353/07 e 368/08 – também obriga a emissora a divulgar o horário em que o programa será apresentado.

Ainda segundo o substitutivo, *A Voz do Brasil* disporá de 25



ACM Jr. propõe faixa de 19h a 0h30 para transmissão do programa oficial

minutos para o Poder Executivo; cinco para o Judiciário e 30 para o Legislativo (dez para o Senado e 20 para a Câmara dos Deputados). A proposta, que altera a lei 4.117/62, ainda será examinada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Há também na pauta pedidos para realização de debate sobre reuso de águas e de audiência com a diretora da Empresa Brasil de Comunicação, Tereza Crivell. O primeiro requerimento é do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) e o segundo, de Renato Casagrande (PSB-ES).

Proposta que define limites para despesas das prefeituras com os legislativos municipais voltou à Comissão de Justiça porque recebeu sugestões de mudança no Plenário

# CCJ examina duas emendas à PEC Paralela dos Vereadores

A PROPOSTA DE emenda à Constituição que modifica os limites de gastos dos municípios com o Legislativo, chamada de PEC Paralela dos Vereadores, deverá abrir as discussões na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) amanhã. A matéria voltou à comissão por conta de duas emendas apresentadas em Plenário pelos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Paulo Duque (PMDB-RJ).

As emendas alteram os percentuais de despesa das câmaras municipais definidos em função do número de habitantes. A de Jereissati amplia de quatro para oito o número de faixas. Na primeira delas, reduz em um ponto percentual (de 8% para 7%) o limite de despesa para municípios com até 100 mil habitantes. Atualmente, a Constituição estabelece como teto desses gastos 5% para todos os municípios com população acima de 500 mil habitantes. A alteração proposta por Jereissati faz um escalonamento



Duque (E) e Jereissati sugeriram alterações nos percentuais máximos de gastos

maior, definindo a última faixa de despesas do Legislativo municipal em 2%, para municípios com mais de nove milhões de habitantes.

Já a emenda de Paulo Duque mantém as quatro faixas, mas altera os percentuais de despesa e o contingente populacional que norteia sua limitação. Assim, a primeira faixa sofre uma redução em dois pontos percentuais (de 8% para 6%) no limite de gastos para municípios com



até 100 mil habitantes. Para a última, estipula um teto de 3%, para municípios com população superior a oito milhões de habitantes. Duque também sugere adotar a Receita Corrente Líquida como referencial de cálculo das despesas com os legislativos municipais.

A PEC Paralela dos Vereadores (PEC 47/08) é de iniciativa do senador César Borges (PR-BA) e tem o senador Valter Pereira (PMDB-MS) como relator.

## Senadores debatem repressão ao crime organizado

A CCJ continua hoje a série de debates sobre projeto que trata da repressão ao crime organizado. A proposta (PLS 150/06) já foi aprovada pela comissão em 2007 e chegou a entrar na pauta do Plenário, mas retornou à CCJ porque o senador Romeu Tuma (PTB-SP) apresentou emendas, alterando a expressão "investigação" por "inquérito policial", no texto referente ao procedimento criminal.

Para o debate de hoje, foram convidados o presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Sandro Torres Avelar; o presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), Carlos Eduardo Benito

Jorge; o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), José Carlos Cosenzo; o advogado criminalista Wladimir Reale; o procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Leonardo Bandarra; o presidente do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil, Abizair Paniago; o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Raimundo Cezar Britto de Aragão; e a presidente do Grupo Jurídico da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, Salise Monteiro Sanchoatene. No dia 3, estiveram no Senado, dentro do mesmo ciclo de audiências, o presidente

do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, e o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza.

### Cota

Também está na pauta da Comissão de Justiça projeto (PLS 112/06) do senador José Sarney (PMDB-AP) que reserva, pelo menos, 3% do total de cargos e empregos públicos do país para pessoas com deficiência. A proposta tem voto favorável da relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), com 16 emendas. Pelo texto, os órgãos públicos deverão se organizar para que essa cota mínima seja alcançada no prazo de dez anos a partir da edição da lei.

## Proposta admite candidatura sem filiação a partido político

A Comissão de Justiça pode votar amanhã proposta de emenda à Constituição do senador Paulo Paim (PT-RS) que permite a qualquer cidadão não filiado a partidos políticos candidatar-se a cargos eletivos. Na reunião da semana passada, o relator, Marco Maciel (DEM-PE), leu voto pela rejeição da proposta (PEC 21/06).

Maciel entende que candidaturas avulsas enfraqueceriam ainda mais os partidos políticos, além de gerar problemas de governabilidade. Conforme observou, o Poder Executivo seria obrigado a fechar acordos individuais com parlamentares, e não, como é feito hoje, com as lideranças partidárias.

Ao constatar que a proposta seria arquivada, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu vis-

tas, forçando o adiamento da votação do relatório de Marco Maciel para esta quarta-feira. Valadares deixou claro que candidaturas avulsas são comuns em várias democracias, sendo um legítimo instrumento que permite ao cidadão concorrer a cargos eletivos mesmo discordando do sistema que rege a política partidária.

### Combate à pobreza

Na mesma reunião, que tem início às 10h, os membros da CCJ devem votar a proposta de emenda à Constituição (PEC 14/08) do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) que torna permanente o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Idealizado pelo pai do parlamentar, o também senador Antonio Carlos Magalhães, já



PEC do senador Paulo Paim recebeu relatório pela rejeição na CCJ

falecido, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foi criado em 2001, com vigor até 2010. O programa objetiva viabilizar a todos os brasileiros o acesso a níveis dignos de subsistência. Os recursos do fundo são aplicados em ações de nutrição, habitação, saúde, educação, reforço de renda familiar, bem como em outros projetos de interesse social.

## Senado Verde abre exposição sobre ações sustentáveis

O Senado lança hoje a exposição *Senado Verde – Ações Sustentáveis*, reunindo diversas iniciativas adotadas pela instituição. Constatam da mostra produtos confeccionados a partir do descarte de materiais utilizados em diferentes serviços da Casa – como engenharia, transporte, marcenaria e gráfica – e as metas do programa para 2010.

No espaço Senado Galeria, vai ser possível acompanhar ações de coleta seletiva, gerenciamento eletrônico de documentos – a fim de reduzir o consumo de papel, reciclagem de óleo dos automóveis e utilização de

biodiesel e captação de água da chuva para irrigação de jardins.

Já o Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima vai expor os produtos resultantes do reaproveitamento de materiais utilizados pelos vários departamentos do Senado; os mecanismos a serem adotados pela Casa a fim de cumprir as metas do programa para 2010, entre os quais se destacam a coleta de pilhas e baterias e o reaproveitamento de papel; e o projeto de construção do viveiro do Senado.

A exposição será aberta ao público e ficará em cartaz até 19 de junho das 9h às 18h30.



No Espaço Ivandro Cunha Lima, produtos resultantes do reaproveitamento de materiais e metas do programa para 2010

## Sessão solene celebra Batalha do Riachuelo

O Congresso Nacional realiza sessão solene hoje, às 10h, no Plenário do Senado, para comemorar o 144º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo. Ocorrida em 11 de junho de 1865 às margens do rio Riachuelo – um afluente do rio Paraguai –, em Corrientes, na Argentina, essa batalha é considerada pelos historiadores como uma das mais importantes ocorridas durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). A esquadra brasileira foi comandada por Francisco Manuel Barroso da Silva, que derrotou a esquadra paraguaia liderada por Pedro Inácio Meza.

Para lutarem unidos contra o então ditador do Paraguai Francisco Solano López, Brasil, Argentina e Uruguai fecharam o acordo conhecido como Tríplice Aliança, em 1º de maio de 1865, e combateram juntos para deter as ambições do Paraguai de aumentar seu território e, assim, obter uma saída para o Atlântico.

A vitória da Batalha do Riachuelo teve notável influência no rumo da guerra, pois impediu a invasão da província argentina de Entre Ríos, destruiu o poderio naval paraguaio e cortou a marcha, até então triunfante, de Solano López. Dessa forma, a batalha praticamente decidiu a guerra em favor da Tríplice Aliança, que passou a controlar os rios da bacia Platina até a entrada do Paraguai.

Na bacia do rio da Prata, as comunicações eram feitas pelos rios, pois quase não havia estradas. Quem controlasse aqueles rios ganharia a guerra, já que todas as fortalezas paraguaias foram construídas nas margens do baixo curso do rio Paraguai.

A Guerra do Paraguai foi vencida pelos países aliados na Batalha Naval de Riachuelo e também na luta de Uruguiana. No Riachuelo, foram contabilizados, entre mortos e feridos dos países aliados, 216 combatentes. Já o Paraguai registrou perdas de 3.250 pessoas.

# Lobão debate no Senado impacto da matriz energética brasileira no clima

Audiências realizadas por comissão apontam para a necessidade de reduzir o uso de combustíveis fósseis, que contribuem para o aquecimento global; senadores estudam viabilidade da produção de energias limpas

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA às 14h30 de hoje, a Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas discutirá com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, os impactos das transformações no clima e as mudanças na matriz energética brasileira. O requerimento para realização da audiência foi feito pela presidente do colegiado, senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

A comissão já promoveu diversos debates que apontam para a necessidade de redução da utilização de combustíveis fósseis, grandes emissores de gás carbônico na atmosfera, principais responsáveis pelo aquecimento global. A ideia é estudar a viabilidade de o Brasil desenvolver, cada vez mais, a produção de energias renováveis – as chamadas energias limpas – a exemplo da energia solar, eólica e dos biocombustíveis. Atualmente, a matriz energética brasileira é predominantemente composta por energia oriunda de hidrelétricas.

Na última reunião, a comissão lançou o projeto Copa Limpa, prevendo o incentivo ao uso de energia solar nos estádios de futebol onde serão realizados os jogos da Copa do Mundo de 2014.



Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas tem audiência com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão (foto menor), a partir das 14h30

## Cheia no Amazonas

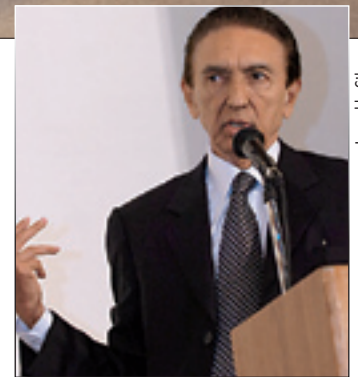
Também está prevista a apresentação do relatório sobre diligência realizada no Amazonas para verificar as consequências das cheias na região. Integraram a comitiva Jefferson Praia (PDT-AM) e Marina Silva (PT-AC), além dos deputados Vanessa Grazziottin (PCdoB-AM), Rebeca Garcia (PP-AM) e Marcelo Serafim (PSB-AM).

Na ocasião, será feito um relato sobre a visita aos municípios de Manacapuru e Anamá e à assembleia legislativa do estado. Os senadores constataram, conforme relatório divulgado,

que as cheias, apesar de serem comuns na região, este ano atingiram de modo excepcional um grande número de municípios, incluindo Manaus, tendo deixado 50.470 pessoas desalojadas e 9.136 desabrigadas.

Dados reunidos no documento indicam que a cheia deste ano no rio Negro poderá ultrapassar os 30 metros, superando a marca histórica de 1955, quando o rio subiu 26,69 metros.

Os integrantes da comitiva sugerem ainda a adoção de nove providências, como a elaboração de um projeto de lei para estender os benefícios do



Leopoldo Silva

programa Garantia-Safra à área de atuação da Sudam.

Os parlamentares também solicitam, entre outras medidas, que o Ministério da Integração Nacional acelere a liberação de recursos para atendimento emergencial às vítimas das enchentes.

## Projeto de isenção fiscal para equipamento hospitalar



Delcídio Amaral é autor do projeto que deverá ser examinado pela CAS

Em sua reunião de amanhã, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examinará proposta que isenta equipamentos e materiais hospitalares sem similar nacional da cobrança dos impostos de Importação (II) e sobre Produtos Industrializados (IPI), bem como da Cofins e do PIS-Pasep.

Segundo o PLS 81/09, do senador Delcídio Amaral (PT-MS), deverá o Poder Executivo estimar o montante da renúncia fiscal de forma que a isenção esteja contemplada em projeto de Orçamento da União enviado anualmente ao Congresso

Nacional.

A medida prevê ainda que a lista dos equipamentos e materiais hospitalares deverá ser elaborada em conjunto pelos ministérios da Saúde e da Fazenda. Em seu relatório favorável, Papaléo Paes (PSDB-AP) condena a existência de "medicina de rico e medicina de pobre". Assim, argumenta o parlamentar, a renúncia fiscal prevista na proposta contribuirá para que maiores parcelas da população tenham acesso às tecnologias modernas e ao melhor tratamento disponível

na área da saúde.

## Manicures

A CAS também poderá votar amanhã o PLC 1/09, que estabelece normas de segurança a serem seguidas por barbeiros, manicures, tatuadores e profissionais de inserção de piercings e similares. A comissão iniciou o exame da proposta na semana passada, quando o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) alertou para a necessidade de cuidados na prática dessas atividades, que envolvem risco de cortes e perfurações.

## Projeto unifica a hora legal em todo o país

Proposta que unifica a hora legal em todo o território nacional pela hora de Brasília pode ser analisada hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O autor do projeto (PLS 486/08), Arthur Virgílio (PSDB-AM), argumenta que a unificação trará benefícios às populações que hoje têm horários diferentes da hora legal brasileira – fixada com três horas de atraso em relação ao Meridiano de Greenwich. Para ele, a mudança permitirá, inclusive, maior integração econômica, especialmente bancária.

Depois de ter mantido durante décadas quatro fusos horários diferentes, dependendo da região, o Brasil conta desde abril do ano passado com três faixas: o horário de Brasília (maioria dos estados), o horário dos estados localizados mais a Oeste (Amazonas, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima), e o horário do arquipélago de Fernando de Noronha.

O projeto é relatado pelo senador Gim Argello (PTB-DF) e, se aprovado, vai ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

### Calamidades

Consta ainda da pauta proposta de Inácio Arruda (PCdoB-CE) que cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência Decorrentes de Calamidades Públicas (Fasec). Para o senador, a proposta (PLS 193/09) irá “superar os vários problemas quando ocorrem calamidades públicas”, como enchentes, secas ou até furacões.

O Fasec, se acolhido, receberá do Orçamento federal, no próximo ano, R\$ 1 bilhão. Ele terá um conselho deliberativo, com representantes do governo federal, do Congresso e de entidades de defesa civil, ao qual competirá promover ações de socorro ou de prevenção de calamidades. O projeto tem parecer favorável do relator, João Vicente Claudino (PTB-PI).

Entre os projetos em pauta na Comissão de Assuntos Econômicos está o que reduz a zero as alíquotas de contribuição para o PIS/Pasep e para a Cofins na compra de veículos blindados de produção nacional para uso das Forças Armadas

# Universidades estaduais poderão ter verbas da União para expandir vagas

A UNIÃO PODERÁ ser obrigada a participar do financiamento das instituições de educação superior mantidas pelos estados, ajudando assim a expandir a oferta de vagas e a qualificar cursos e programas oferecidos. Esse é um dos 11 projetos que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje, a partir das 10h.

Autor da iniciativa (PLS 02/07), Osmar Dias (PDT-PR) afirma que há cerca de 100 instituições federais de ensino superior e pouco menos de 80 estabelecimentos mantidos pelos governos estaduais, que respondem por mais de 470 mil matrículas de graduação. A demanda por ensino superior no país é crescente: “Passamos de 1,7 milhão de estudantes de graduação, em 1995, para cerca de 4,5 milhões, em 2005”, disse.

Segundo o senador, as instituições estaduais de educação superior “têm lutado para ex-

pandir e dar conta da demanda crescente, enfrentando cenários de constantes restrições orçamentárias”. Osmar Dias frisou que muitos estados têm enfrentado dificuldades para custear suas redes de educação superior. O relator da matéria na CAE, Gerson Camata (PMDB-ES), apresentou voto favorável à iniciativa, que em seguida será examinada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa.

### Isenções

Na mesma pauta da CAE, aguarda deliberação terminativa projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que concede isenção tributária à Academia Brasileira de Letras (ABL), à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cancelando os débitos fiscais dessas instituições.



Osmar: instituições lutam com restrições orçamentárias para atender demanda

Em defesa da proposta (PLS 191/06), Sarney disse que a ABL, a ABI e o IHGB são associações civis seculares e de utilidade pública, de caráter cultural e científico, sem fins lucrativos, que prestaram e vêm prestando à nação excelentes serviços, reconhecidos diversas vezes pelo Estado brasileiro. A relatora, Ideli Salvatti (PT-SC), é favorável à proposição, com emendas.

Outro projeto que a CAE poderá votar é o PLS 649/07, de Aloizio Mercadante (PT-SP), que reduz a zero as alíquotas de contribuição para o PIS/Pasep e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na compra de veículos blindados e seus componentes, de produção nacional, para uso das Forças Armadas e órgãos de segurança pública, quando adquiridos por órgãos da administração pública direta. Mercadante ressaltou que seu objetivo é incentivar a indústria bélica nacional e cooperar com o reaparelhamento do Exército brasileiro e dos órgãos de segurança pública.

Relator da matéria, Marcelo Crivella (PRB-RJ) é favorável ao projeto. Na votação do texto, a CAE deve deliberar sobre voto em separado apresentado por Kátia Abreu (DEM-TO), incluindo nessa isenção fiscal máquinas e implementos agrícolas.

## CAE debate limites a capital estrangeiro em companhias aéreas

Três projetos de lei que buscam suprimir ou alterar as limitações atualmente existentes à participação de estrangeiros no capital das empresas aéreas nacionais podem ser analisados hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O PLS 184/04, do ex-senador Paulo Octávio, permite elevar de 20% – o teto vigente – para 49% a parcela do capital que pode pertencer a estrangeiros. Já o PLS 258/06, de Valdir Raupp (PMDB-RO), e o PLS 259/06, de Tião Viana (PT-AC) abrem caminho para que empresas de capital exclusivamente externo possam se estabelecer no país.

Os projetos passaram a tramitar em conjunto em decorrência de requerimento do falecido senador Jefferson Péres, aprovado em 2007. As propostas de Raupp e Tião Viana também preveem a quebra da reserva dos serviços aéreos domésticos – as rotas dentro do próprio país –, que atualmente favorece empresas nacionais. Raupp defende a autorização para o transporte de passageiros entre escalas feitas em território brasileiro nos voos internacionais. Já o



Comissão deve analisar hoje três projetos que tramitam em conjunto e que suprimem ou alteram as limitações atuais

projeto de Tião Viana suprime de vez a restrição que beneficia as empresas sob controle de capital nacional.

O relator das matérias, Romero Jucá (PMDB-RR), tomou posição a favor da ampliação da participação da parcela do capital estrangeiro, nas empresas aéreas, para o limite de 49% – como previsto no projeto de Paulo Octávio. No entanto, apresentou emenda para permitir que essa proposta incluísse a sugestão do projeto de Tião Viana, para suprimir a restrição

à prestação de serviços domésticos por empresas estrangeiras.

### Soberania

Jucá diz que a restrição à participação do capital estrangeiro em empresas aéreas nacionais ainda é uma norma vigente na maioria dos países, mas que vem sendo continuamente “abrandada”, quando não abandonada de vez, por muitas nações. Ele salienta que, no mundo atual, a soberania dos países não é mais assegurada pela restrição aos investimentos estrangeiros,

mas por instituições que permitem ao poder público regular e fiscalizar setores da economia considerados estratégicos.

Os três projetos haviam sido distribuídos inicialmente para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa. Essa comissão aprovou, em 2006, o relatório referente ao projeto de Paulo Octávio. Houve, no entanto, acordo em torno da sugestão de Jucá para que o texto também passasse pela CAE, de onde seguirá para exame final da CCJ.

## Formação de técnico de audiovisual deve ter benefício da Lei Rouanet



CE analisa também criação de centros de pesquisa de tecnologias educacionais

A atualização e o aperfeiçoamento do profissional de área técnica de audiovisual poderão ser contemplados pela Lei de Incentivo à Cultura. Projeto nesse sentido, do então senador Roberto Saturnino, é o primeiro item da pauta que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) examina hoje.

Relatado pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), a proposta (PLS 332/06) acrescenta dispositivo ao artigo da Lei Rouanet (Lei 8.313/91) que lista os objetivos a serem atendidos

pelos projetos culturais que desejarem os benefícios da lei.

Entre os objetivos previstos na legislação em vigor estão o incentivo à formação artística e cultural, mediante bolsas de estudo, concessão de prêmios a artistas e instalação de cursos de caráter cultural e artístico. O projeto inclui, entre esses objetivos, o apoio a projetos que promovam a atualização e o aprimoramento de profissionais de audiovisual. Favorável à matéria, Marisa Serrano considera importante a inclusão de

operação de câmera e de áudio entre as atividades passíveis de captarem recursos pela lei Rouanet.

Na mesma reunião, a Comissão de Educação pode examinar projeto (PLS 256/08) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) destinado a criar centros de pesquisa e de desenvolvimento da educação nas instituições federais de ensino superior. A iniciativa visa ao estímulo de novas pesquisas e práticas de avaliação e difusão de tecnologias educacionais.



Waldemir Rodrigues

## Cristovam: Prêmio Nobel lamenta descaso com educação no Brasil

Para Cristovam, educação precisa estar na agenda de pré-candidatos a 2010

Entrevista de James Heckman, Prêmio Nobel de Economia de 2000, à revista *Veja* desta semana foi destacada por Cristovam Buarque (PDT-DF). Nela, Heckman ressalta a importância da educação como instrumento de progresso para o Brasil.

O senador lamentou que

as autoridades brasileiras não levem em conta as observações feitas pelo economista americano, segundo o qual não há política pública mais eficaz do que investir na educação de crianças com três e quatro anos.

– Hoje há esse consenso em todo o mundo, só não há no

Brasil – criticou Cristovam.

O estudioso considera ainda que toda nação precisa de boas universidades para formar cérebros, mas que um país como o Brasil só conseguirá realmente alcançar altos índices de produtividade quando mirar nos anos iniciais de aprendizagem.

Segundo Cristovam, a educação precisa figurar na agenda dos pré-candidatos à eleição presidencial de 2010.

O senador ainda destacou artigo publicado pela revista inglesa *The Economist* segundo o qual a má qualidade da educação freia o desenvolvimento do Brasil.

## Congresso vota hoje créditos especiais de R\$ 539,6 milhões

Entre os projetos na pauta, estão o que prevê R\$ 429 milhões para a Secretaria Especial de Portos e o que destina R\$ 43,55 milhões para obras de manutenção em aeroportos

O CONGRESSO VOTA hoje, às 12h, quatro projetos de lei que abrem créditos especiais em favor de vários órgãos do Executivo, no valor total de R\$ 539,63 milhões.

A proposta de valor mais elevado a ser analisada é o Projeto de Lei do Congresso (PLN) 1/09, que destina R\$ 429,08 milhões

para a realização de obras de dragagem e adequação da navegabilidade em portos marítimos brasileiros.

Os portos que serão beneficiados com os recursos são: Porto do Rio de Janeiro; Porto de Vitória; Porto de Itaguaí (RJ); Porto de Recife; Porto de Suape (PE); Porto de Natal; Porto de

Salvador; Porto de Aratu (BA); Porto de Santos (SP); Porto de Paranaguá (PR); Porto de Rio Grande (RS); Porto de São Francisco do Sul (SC); e Porto de Itajaí (SC).

Outro projeto (PLN 6/09) libera R\$ 43,55 milhões para obras em diversos aeroportos brasileiros.

## Mário Couto critica situação das estradas de rodagem no Pará

A gestão de Ana Júlia Carepa à frente do governo do Pará foi criticada por Mário Couto (PSDB-PA). O senador informou que viajou de Brasília a Belém de ônibus e viu em seu estado estradas de rodagem mal conservadas.

Além disso, segundo ele, diversos municípios estão com necessidades urgentes nas áreas de saúde, educação, segurança pública e geração de emprego e renda. Mário Couto também criticou a governadora por ter, de acordo com ele, enganado a população paraense ao afirmar que Belém seria umas das cidades escolhidas para sediar jogos da Copa do Mundo de 2014.

– O cara da Fifa que vai fazer a análise da rede hoteleira em Belém leva a mãe para conhecer uma das belas cidades do Norte e ela é assaltada! O que ele vai colocar em seu relatório?



Gerardo Magela

Mário Couto: dizendo que Belém seria sede da Copa, Ana Júlia enganou o povo

Por essas e outras é que nossos vizinhos amazonenses festejam Manaus como subsele da Copa do Mundo – disse.

De acordo com o senador, a violência no estado chegou a ponto de o vice-governador ter seu carro atingido por tiros. Ele afirmou que, recentemente, houve um final de semana com dez assassinatos na região metropolitana de Belém.

## Prazo para emendas à LDO ampliado até o dia 18

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) estendeu o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 (LDO), que agora é de 9 a 18 de junho.

Diante da necessidade de reuniões com as bancadas estaduais para a definição de emendas, os membros do colegiado consideraram inviável o prazo anterior, que se encerraria em 12 de junho, no dia seguinte ao feriado de Corpus Christi.

Após o encerramento do prazo para apresentação de emendas, essas deverão ser publicadas até 23 de junho. Em seguida, o relator do PLDO para 2010, deputado Wellington Roberto (PR-PB), apresentará, até 30 de junho, o relatório final. A discussão e a



Waldemir Burreto

Necessidade de reunião com bancadas estaduais levou CMO a adiar a data final

votação do texto e das emendas apresentadas estão previstas para ser realizadas entre 6 e 9 de julho.

Até 10 de julho, o relatório final (que após a aprovação na CMO passa a se chamar parecer) deve ser encaminhado para

apreciação do Congresso, o que deve ocorrer até o encerramento do primeiro período legislativo, em 17 de julho. A sessão legislativa não poderá ser encerrada sem a discussão, votação e aprovação do PLDO, conforme prevê a Constituição.

## Sarney retoma os trabalhos no Senado após cirurgia de Roseana

O presidente do Senado, José Sarney, está de volta a Brasília e retomou ontem os trabalhos na Casa. Ele se encontrava em São Paulo, acompanhando a recuperação de sua filha, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, que se submeteu a uma cirurgia para contenção de um aneurisma cerebral.

Roseana já deixou o hospital e

ficará em São Paulo por cerca de 15 dias, recebendo acompanhamento médico. Só então poderá retornar ao Maranhão.

No último dia 3, Roseana foi submetida a um procedimento de clipagem – técnica que isolou a bolha que provocou a dilatação da artéria cerebral –, e José Sarney a acompanhou durante a semana passada.



Gerardo Magela

Sarney esteve acompanhando a filha em São Paulo e retornou ontem

## Mão Santa elogia livro de Tajra com memórias da Constituinte

Mão Santa (PMDB-PI) registrou o lançamento, ontem, no Piauí, do livro *Até parece que foi ontem – Memórias da Constituinte*, de autoria do ex-deputado federal Jesus Tajra, sobre os 20 anos de promulgação da Constituição federal, comemorados em 2008.

A obra traz trechos de discursos e apartes feitos por Tajra quando o empresário integrava a Assembleia Nacional Constituinte, selecionados pelo jornalista Zózimo Tavares, explicou Mão Santa.

O senador citou trechos de discursos de Tajra feitos em apoio às pequenas empresas e contra o excesso de carga tributária, contra a propaganda do fumo, pela isenção de impostos para taxistas e sobre a função dos meios de comunicação social.

Segundo Mão Santa, Tajra afirma ter trabalhado para que



Gerardo Magela

Mão Santa registra lançamento de livro ocorrido ontem, no Piauí

a Carta fosse duradoura, o que não ocorre, já que “todo mundo quer emendar alguma coisa”. O senador lembrou que a Carta dos Estados Unidos tem mais de 200 anos e raras emendas. E que a Constituição de 1924 durou 60 anos e recebeu apenas uma emenda.

Em aparte, Roberto Cavalcanti (PRB-PB) salientou que o livro registra 20 anos de história.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Marconi Perillo

2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko

1º Secretário: Heráclito Fortes

2º Secretário: João Vicente Claudino

3º Secretário: Mão Santa

4º Secretário: Patrícia Saboya

Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Mozarildo Cavalcanti • Papaléo Paes

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Expedito destaca aprovação de proposta sobre mototáxi

A aprovação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na última quarta-feira, do projeto que regulamenta as atividades de mototaxista e motoboy foi comemorada da tribuna por Expedito Júnior (PR-RO). Ele também destacou a assinatura, no dia 2, de um acordo com o governo federal que viabilizará a construção da hidrelétrica de Jirau e a liberação de R\$ 90 milhões para a saúde e a segurança pública. Esses fatos foram considerados pelo senador "pauta positiva" para Rondônia.

O parecer do próprio Expedito Júnior ao projeto do Senado (PLS 203/01) que disciplina as atividades de mototaxista e motoboy no transporte de passageiros, na entrega de mercadorias e em serviços comunitários de rua foi acolhido pela CCJ depois de muita polêmica. A proposta, que será examinada agora pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), também estabelece regras de segurança para o motofrete, transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas.



Expedito também comemorou acordo que viabilizará a construção de Jirau

Mário Couto (PSDB-PR), em aparte, apoiou o projeto e sugeriu a Expedito Júnior que peça, juntamente com ele, ao presidente José Sarney que a matéria seja encaminhada diretamente à votação em Plenário.

Sobre a hidrelétrica de Jirau, Expedito Júnior explicou que foi necessário o governo de Rondônia propor a permuta de uma área da Reserva Federal do Rio Pardo, onde 5 mil famílias residem e produzem há mais de 20 anos, pela Reserva Estadual do Rio Vermelho, que abrigará, em parte de sua área total, a usina hidrelétrica.

Senador cita dados de reportagem mostrando que, desde 2003, o agronegócio recebeu recursos de R\$ 106,1 bilhões. Destaca ainda que setor responde por 30% do PIB

## Raupp elogia investimento do governo na agricultura

O SENADOR VALDIR Raupp (PMDB-RO) defendeu ontem o aumento do investimento público no setor do agronegócio, já que a cadeia hoje responde por quase 30% do produto interno bruto (PIB). Ele elogiou o crescimento da verba destinada ao setor e mencionou dados publicados em maio pelo jornal *Gazeta Mercantil* mostrando essa elevação: houve ampliação, feita pelo Banco do Brasil, do volume de recursos para a safra 2008/2009 em 25%, alcançando R\$ 30,8 bilhões.

O senador se mostrou preocupado com a crise global – que tem afetado a demanda por commodities e a liquidez dos mercados –, cujos efeitos afetam em especial a economia da região Norte, tradicionalmente dependente do desempenho das exportações. Por isso, registrou, é de se elogiar também a medida tomada pelo Conselho



Valdir Raupp comemora aprovação de MP que regulariza terras na Amazônia

Monetário Nacional, em meados de abril, prorrogando até junho de 2010 o direcionamento extra de depósitos à vista e da poupança rural para o financiamento da agricultura.

Ao citar os dados divulgados pelo jornal, o parlamentar explicou que, desde 2003, o governo repassou para o agronegócio R\$ 106,1 bilhões. O número,

considerado em absoluto, é mais de dez vezes superior ao orçamento do programa Bolsa Família deste ano, disse.

### Regularização

Valdir Raupp também comentou a aprovação, pelo Senado, da MP 458/08, prevendo a regularização fundiária da Amazônia. Ele se disse contente com o trabalho do governo federal, e do Senado e da Câmara, que acolheram a proposta.

O senador mencionou ainda o caso da Floresta Nacional de Bom Futuro, em Rondônia, que tem mais de 3 mil famílias de posseiros vivendo e produzindo em uma reserva florestal federal. Afirmou que "aos poucos vão se delineando entendimentos e acordos" e que defende uma saída pacífica, sem a retirada das famílias e com a cessão, pelo governo do estado, de outra área em substituição àquela.

### Ponte internacional

Para senador, a ligação entre o Brasil e o país vizinho é uma das maneiras de acabar com imigração ilegal



Foto de Geraldo Magela

## Papaléo Paes defende maior integração com Guiana Francesa

O problema da imigração ilegal através da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa foi um dos temas debatidos no 1º Encontro Internacional Transfronteiriço, realizado em Oiapoque (AP), nos dias 3 e 4 de junho. Na avaliação do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), "uma das maneiras de acabar com essa pendência é a construção de ponte internacional entre Oiapoque e a cidade de Saint Georges, no lado francês".

– A ponte será de extrema importância para regularizar a circulação de pessoas, bens e serviços, ajudando a minimizar o problema de passagens ilegais que hoje ocorrem – afirmou.

Segundo Papaléo, a fronteira entre a Guiana Francesa e o Amapá é uma porta de passagem do Brasil para a Europa, e Caiena constitui um mercado natural para a economia do estado.

O senador observou que, pela posição estratégica, por ser um estado voltado para o mar e com extensa fronteira com a Guiana, o Amapá deve servir como "ponta de lança" para o incremento de trocas com o território francês. A

primeira consequência disso, de acordo com o senador, seria a redução da imigração ilegal de brasileiros que vão em busca de novas oportunidades de trabalho.

### Repasse do FPM

Papaléo Paes também mencionou correspondência que recebeu do prefeito Roberto Góes, de Macapá, denunciando que a capital amapaense estaria sendo prejudicada no repasse de verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O senador disse que, apesar de o Tesouro Nacional ter fixado o mesmo coeficiente para Macapá e Boa Vista, a capital de Roraima recebeu, nos quatro primeiros meses de 2009, quase o dobro dos recursos que foram repassados para a capital do Amapá.

– A diferença dos valores leva-me a solicitar informações ao Ministério da Fazenda, mais precisamente à Secretaria do Tesouro Nacional. Quais são os motivos de tão grande disparidade para municípios submetidos aos mesmos índices? E o fator população? Também não deveria ser levado em conta? – indagou.

## Mesquita cobra debate sobre fim de queimada

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse ontem que participou de audiência pública no município acreano de Sena Madureira, com mais de 600 pequenos agricultores, para debater a ação civil pública movida pelos ministérios públicos estadual e federal buscando impedir, até 2014, que se conceda qualquer autorização para a prática de queimadas para agricultura. Apesar de convidados, autoridades do governo estadual e membros do MP não compareceram.

O senador ressaltou que os pequenos produtores têm consciência de que é preciso acabar com a prática de queimadas, mas não têm a condição material para fazê-lo de imediato. Ele disse que, nos últimos dez ou 12 anos, o governo do estado "voltou as costas" para essa parcela dos produtores e não desenvolveu um processo de substituição tecnológica, preferindo investir pesadamente na "maquiagem"



Mesquita Júnior: pequeno agricultor enfrenta grandes dificuldades no Acre

dos centros urbanos, especialmente a capital, Rio Branco.

– Temos um êxodo rural contínuo no Acre, porque as pessoas não encontram mais condições de sobrevivência no campo e na mata e estão migrando para a periferia das cidades e, principalmente, de Rio Branco. São 20 mil famílias com Bolsa Família, e por aí vai – lamentou.

Mesquita Júnior afirmou que, no Acre, existe um tratamento diferenciado para pequenos e

grandes produtores. Segundo o senador, enquanto os grandes produtores recebem tratamento com tapete vermelho e conseguem licenciamento rapidamente, os pequenos produtores enfrentam órgãos ambientais que se transformaram em delegacias de polícia.

– Nós concordamos: precisamos conter o avanço sobre a floresta; precisamos ter no nosso horizonte o objetivo da queima zero, mas é necessário que aconteçam algumas coisas antes para que a gente consiga chegar lá. Determinar isso por sentença é sentenciar de morte milhares de pessoas no Acre.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) assinalou, em aparte, que um grande movimento internacional conseguiu adeptos no Brasil para eleger os amigos e os inimigos da Amazônia e pretende "engessar a região". Ademir Santana (DEM-DF) também se solidarizou com Geraldo Mesquita Júnior.

## Mozarildo elogia regularização de terras, mas critica Carlos Minc

Embora elogiando a medida provisória da regularização fundiária das terras da União na Amazônia Legal (MP 458/09), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou a gestão de Carlos Minc à frente do Ministério do Meio Ambiente.

O senador comentou a matéria "Um ministro doido demais", da revista *IstoÉ*, segundo a qual o ministro do Meio Ambiente já arranhou inimigos não só na oposição ao governo Lula, mas também dentro do próprio governo. A matéria traz também frases que teriam sido ditas por Minc, com ataques a ruralistas, produtores rurais e ministros.

Na mesma revista, disse o senador, o colunista Leonardo Attuch compara a gestão de Carlos Minc "à queima de um longo" cigarro de maconha e relembra deslizes, frases e atitudes controversas do ministro. Para o colunista, comentou Mozarildo Cavalcanti, as atividades de Minc no ministério sofrem de efeitos colaterais típicos do consumo de maconha, como desorientação espacial, falhas de memória e lerdeza.

– Eu começo a ficar preocupado com a sanidade mental desse ministro. É preciso que nós tenhamos lá um ministro que seja técnico, que se baseie em



Mozarildo: ministro tem que cuidar do meio ambiente de todo o país

dados científicos para definir as suas posições. Ele tem que cuidar do meio ambiente, não só da Amazônia, mas de todo o Brasil. Quero dizer da minha indignação como senador da República, como senador da Amazônia, por ter um ministro que se comporta dessa forma.



Parlamentar divulga conclusões de estudo de entidade internacional

## Adelmir: auditoria aprova aviação civil brasileira

Adelmir Santana (DEM-DF) comentou ontem relatório favorável às condições de segurança para a aviação civil no país. Entre os dias 4 e 15 de maio, um grupo de oito especialistas da Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci) realizou auditoria no sistema de aviação brasileiro e o situou entre os mais avançados do mundo.

De acordo com o senador, o objetivo dessa auditoria foi avaliar se o Brasil colocou em prática as normas e recomendações da Oaci, bem como "verificar a capacidade de o Estado brasileiro efetuar a vigilância da segurança operacional das atividades da aviação civil".

O relatório da Oaci foi encaminhado ao Comando da Aeronáutica na semana passada e apresenta resultados superiores a diversos países desenvolvidos no que se refere aos indicadores do tráfego aéreo civil. O relatório final sobre o trabalho realizado pelos auditores no Brasil tem um prazo de nove meses para ser concluído.

– Apesar de termos ainda espaços chamados pontos cegos, tanto no território nacional como no espaço aéreo internacional, conforme noticia a imprensa nacional nesses dias em que ocorreu esse desastre aéreo [do voo 447 da Air France], a situação do Brasil em relação a outros países é satisfatória – observou o parlamentar.

Segundo Adelmir, no que se refere aos serviços de navegação aérea, sob a responsabilidade do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), órgão subordinado ao Comando da Aeronáutica, as conclusões dos auditores indicam que o "nível de conformidade" do Brasil atingiu o patamar de 95%, resultado superior ao de países como Estados Unidos, França, Alemanha, Itália e Austrália. O Canadá, sede da Oaci, obteve pontuação superior à do Brasil.

Já o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), também subordinado ao Comando da Aeronáutica, atingiu um nível de conformidade de 96%, empatado com o primeiro colocado no ranking mundial, a Easa (European Aviation Safety Agency).

Senador também propõe ao governo que realize mais um corte de impostos indiretos e defende a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional

# Paim sugere redução de jornada contra desemprego

PAULO PAIM (PT-RS) defendeu ontem propostas contra o desemprego e para assegurar a manutenção de postos de trabalho. Segundo disse, a perda de empregos é o assunto que mais tem preocupado os cidadãos que escrevem para ele, ao lado do reajuste para os aposentados. Entre as causas da redução de vagas de trabalho está, afirmou, a crise financeira internacional.

O senador propôs que o governo promova uma nova desoneração de impostos indiretos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins),

o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto sobre Serviços (ISS) e o Programa de Integração Social (PIS).

Paim lembrou ter apresentado três proposições legislativas. Em parceria com o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), assinou proposta de emenda à Constituição (PEC 231/95) que prevê a redução da jornada de trabalho, das atuais 44 horas semanais para 40 horas, sem perda de salários. Outra proposta de Paulo Paim (PEC 75/03) reduz a jornada para 40 horas com corte de uma hora por ano, até ser atingido o teto de 36 horas.

– Se essa PEC fosse aprovada,

poderíamos gerar no total algo em torno de 8 milhões de novos empregos – avaliou.

O senador disse entender que a redução da jornada de trabalho deve vir acompanhada de medidas como o fim das horas extras e do banco de horas.

Outra medida apontada pelo parlamentar gaúcho para o combate ao desemprego é a ampliação e melhoria do ensino técnico. Nesse sentido, Paim apresentou a PEC 24/05, que cria o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional (Fundep). O fundo tem o objetivo de custear programas voltados à educação profissional e melhorar os salários dos professores.

## Alvaro Dias contesta números sobre obras do PAC

Matéria publicada pela revista *Veja* desta semana, que aponta lentidão da execução das obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), motivou ontem discurso do senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele voltou a criticar o governo federal, acusando-o, com base em dados da matéria, de inflar as estatísticas relativas aos cantos de obras em andamento. O governo teria executado, em dois anos, apenas 3% das obras do PAC, e não 15%, como afirma

a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

– A ministra estava escamoteando a realidade ao excluir os setores de habitação e saneamento, que correspondem a 35% do total do programa, para elevar o percentual de execução. Portanto, mistificação, ou mais popularmente, mentira – disse o senador.

Afirmando que o objetivo predominante do PAC é o de servir como *marketing* para o governo, Alvaro Dias lembrou

que, do total de R\$ 646 bilhões previstos para aplicação no programa, somente 14% deverão sair dos cofres do Tesouro Nacional. A maior parte dos recursos do programa, segundo ele, deve vir de estatais, como a Petrobras, ou da iniciativa privada.

Apoiado em pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, Alvaro Dias criticou ainda o governo por aumentar em 27,3% os cargos de confiança durante os dois mandatos do presidente Lula.



Genildo Magalhães

Crivella recomenda ações de inteligência em vez de tiroteios

## Crivella critica forma como polícia combate o tráfico

Marcelo Crivella (PRB-RJ) condenou ontem os tiroteios entre polícia e traficantes que assolam comunidades carentes no Rio de Janeiro. Apesar de manifestar "ódio e nojo" ao narcotráfico e de reconhecer o esforço da polícia carioca, o senador repudiou a forma como é feita a repressão ao crime, que, a seu ver, prejudica os moradores e não contribui para a redução da criminalidade.

– Promover tiroteio de fuzil onde moram pessoas, matando crianças e inocentes, é uma insensatez. Não é assim que vamos vencer essa guerra, não é na marcha da insensatez, "monstrificando" a força policial, com seus dirigentes tomados pela própria arrogância, se tornando insensíveis a todos os apelos da razão – afirmou.

Crivella, que mencionou a morte na semana passada de um rapaz inocente no morro da Mangueira em meio a um tiroteio, disse que a polícia deveria atuar em ações de inteligência como forma de deter a ação dos traficantes.



Genildo Magalhães

Projeto do senador cria o benefício para doentes de diabetes melito

## Cavalcanti: isenção de IR para aposentado diabético

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) anunciou ontem ter apresentado projeto de lei para isentar os aposentados diabéticos de pagamento de Imposto de Renda (IR). Ele afirmou que a proposta (PLS 242/09) busca dar tratamento isonômico ao que já é conferido, desde 1988, a pessoas com outras enfermidades, como cardiopatia grave, mal de Parkinson e hanseníase.

– O diabetes melito é uma enfermidade devastadora, atingindo, atualmente, cerca de 250 milhões de pessoas no mundo inteiro, o que significa 6% da população. No Brasil, 22 milhões padecem dessa doença crônica, cerca de 12% da população, o que é o dobro da média mundial – explicou o senador.

Roberto Cavalcanti afirmou que sua proposta representa uma medida de justiça aos aposentados, por assegurar a compra de medicamentos indispensáveis à integridade e à vida dessas pessoas.



Moreira Mariz

Garibaldi: mudança profunda deve ser feita no primeiro ano de governo

## Garibaldi aponta necessidade da reforma política

Garibaldi Alves (PMDB-RN) afirmou ontem, em pronunciamento no Plenário, ter esperança de que o Parlamento brasileiro conseguirá cumprir seu papel e votar uma proposta de reforma política. Ele disse que não devem ser adotadas providências apenas paliativas, mas uma reforma abrangente, sob a perspectiva de que o Brasil terá um novo Congresso e uma nova vida política.

O senador relatou haver participado, pela manhã, da abertura do Encontro de Auditores Fiscais, organizado pela Federação Brasileira de Associação de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite). Na ocasião, ele preferiu palestra sobre o momento político brasileiro, dando destaque à necessidade da busca do aprimoramento das instituições e o saneamento da prática política brasileira.

Falando aos mais de 500 participantes do encontro, o senador avaliou que não se deve somente ao desinteresse do Poder Executivo ou à inércia dos governantes o fato de essa reforma política ainda não haver sido implementada. Para ele, uma reforma desse porte somente pode ser feita no primeiro ano de governo, caso contrário corre-se o risco de "perder o bonde da História".

### Costumes

Garibaldi Alves relatou ter explicado aos auditores fiscais ser necessário que o Brasil passe também por uma reforma de costumes e hábitos. Segundo disse, a enorme importância da reforma não a deixa restrita apenas à modificação das normas jurídicas, ou ao ajuste da legislação eleitoral e partidária. Ela deve revestir-se, na sua opinião, em "uma verdadeira convocação nacional" pela radical mudança das práticas políticas, partindo "desde o mais simples eleitor até os investidos nas mais altas funções da República".

– Não são leis que podem sanear a vida política nacional. Não são apenas leis, livrando-a do crescente avanço da corrupção, mas a forma de eleição e de escolha dos dirigentes, pois só eleições limpas geram eleitos limpos – destacou.

## Congratulações ao bispo da Ilha de Marajó

O Senado encaminhará voto de congratulações ao bispo prelado do Marajó, dom José Luis Ascona, a pedido de Mário Couto (PSDB-PA). A homenagem é "pela sua constante vigilância e preocupação com

o povo do arquipélago do Marajó" e também pelo trabalho desenvolvido nas áreas social, cultural e humanitária. O senador destacou, sobretudo, a atuação do religioso no combate ao tráfico de mulheres.

– Esse homem tem trabalhado com muita dignidade por aquele povo sofrido. Trata-se de uma pessoa de um profundo sentimento para com aqueles que precisam. Há muito dom José Luis Ascona

vem denunciando o tráfico de mulheres. Vem denunciando os maus-tratos contra aquelas meninas inocentes de 12 anos que trocam o seu próprio sexo por comida, na Ilha do Marajó – afirmou Mário Couto.